



# Relatório de Gestão

Ano de 2015



## Índice

Índice .....	2
Capítulo I.....	3
1. Introdução .....	3
1.1. Sistema Contabilístico .....	3
1.2. O Relatório de Gestão.....	3
2. Dados Estatísticos da Freguesia .....	4
3. Atividades da Autarquia .....	4
Capítulo II .....	5
4. Análise Financeira.....	5
3.1 A Receita .....	5
3.2 A Despesa.....	6
3.3 Tesouraria.....	6
3.4 Os Planos.....	7
3.5 Conclusão.....	7
Capítulo III .....	8
5. Análise Analítica.....	8
4.1 Análise da Receita.....	8
4.2 Análise da Despesa.....	9
4.3 Estrutura da Despesa .....	10
4.4 Resultado.....	11
4.5 Passivos e Ativos .....	11
Capítulo IV.....	12
6. Divergências e Justificativos .....	12
5.1 Divergências .....	12
5.2 Justificativos.....	12
Capítulo V .....	13
7. Nota Final .....	13



## Capítulo I

### 1. Introdução

#### 1.1. Sistema Contabilístico

Desde 1 de Janeiro de 2002 que as autarquias locais passaram a estar sujeitas a um novo regime contabilístico – o POCAL – caracterizado, de entre outros aspetos, pela introdução das contabilidades patrimonial e de custos e respetiva integração com a contabilidade orçamental.

Foi igualmente previsto um regime simplificado, funcionando em base de caixa e de compromissos, o qual é aplicável às autarquias locais cujo movimento anual de receita não atinja o montante correspondente a 5000 vezes o índice 100 da escala indiciária das carreiras do regime geral da função pública (€343,28) - €1 716 400,00 em 2015.

As entidades que se integram neste regime apenas são obrigadas a utilizar a contabilidade orçamental, encontrando-se, por isso dispensadas de implementar as contabilidades patrimonial e de custos (ponto 2.8.2.7 do POCAL).

O regime simplificado é aplicável à Freguesia de Terra Chã, em função do respetivo movimento anual de receita.

#### 1.2. O Relatório de Gestão

O relatório de gestão enquadra-se no âmbito da prestação de contas relativa ao exercício de 2015 e foi elaborado de acordo com os procedimentos estabelecidos no Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de Fevereiro com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 162/99, de 14 de Setembro, pelo Decreto-Lei n.º 315/2000, de 2 de Dezembro, e pelo Decreto-Lei n.º 84-A/2002, de 12 de Abril, diplomas estes, revogados pela Lei 73/2013 de 12 de Setembro, contemplando a análise da evolução da situação económica e financeira da autarquia.



## **2. Dados Estatísticos da Freguesia**

A Freguesia de Terra Chã inserida no concelho de Angra do Heroísmo, composta por uma área de 10,48Km<sup>2</sup> e 2.915 habitantes (dados INE censos 2011) e com 2.537 eleitores inscritos. (dados CNE – autárquicas 2013)

## **3. Atividades da Autarquia**

No decorrer do ano de 2015, procedeu-se à limpeza dos arruamentos na freguesia, o que é uma tarefa bastante dispendiosa tendo em conta os meios disponíveis para a área contemplada.

Foram realizadas as manutenções dos chafarizes e cemitério, sendo que neste último espaço foi colocada calçada com “imagens” a condizer com o local em calçada branca na parte velha de cemitério.

De salientar que algumas das melhorias mencionadas, neste relatório resultam do apoio dado pela Câmara de Angra, o que permitiu em muitos casos, melhorar o aspeto da freguesia, bem como facilitar e transmitir segurança em determinados acessos e estrada.

Mantendo a tradição de vários anos, foi comemorado o Dia da Freguesia, que se celebra 6 de Setembro, com programa festivo alusivo à efeméride, sendo de destacar homenagem aos músicos mais idosos da freguesia.

A Celebração da Festa da Castanha, decorreu com manifestações músico-culturais, contando também com sessão de homenagens aos fundadores e colaboradores deste evento.

Foi iniciada a remodelação da rede de águas, e asfaltagem do Largo da Igreja – Canada de Belém, com o apoio da Câmara Municipal de Angra.

Procedeu-se à abertura da Ligação da Boa Hora à Canada do Tailhinha – com apoio da Câmara Municipal de Angra.

O Largo da Igreja foi requalificado com a colocação de “quiosques”, bancos e papeleiras – tendo para isso contado como apoio da GRATER.



## Capítulo II

### 4. Análise Financeira

Pontos mais relevantes:

Na atual Conta de Gerência é importante destacar alguns factos, que pela sua natureza, assumem uma importância acrescida, assim:

As principais receitas desta Autarquia, foram municidadas pela Administração Central através do Fundo de Financiamento de Freguesias, que em 2015 foi no valor de €41.107,00 e do IFAP através de Fundos Comunitários no valor de €28.877,73, tendo um impacto percentual no orçamento desta Autarquia de 51,98%, seguindo-se a Câmara Municipal através dos protocolos de Delegação de Competências, com o valor de €43.175,15 com impacto percentual de 32,07%, depois as receitas próprias da Autarquia num valor total de €13.289,50 tendo um impacto no orçamento de 9,87%, e finalmente vindos da Administração Regional através dos vários Acordos de Cooperação no valor de €8.176,00 tendo um impacto percentual no orçamento desta Autarquia de 6,07%.

#### 3.1 A Receita

No decorrer do ano esta Autarquia conseguiu um total de Receita Corrente Global no valor de €79.221,65 e Receita de Capital Global no valor de €55.403,73.

O saldo da Gerência Anterior (2014) foi no valor de €4.444,69.

O valor total de receita arrecadada neste ano de 2015 foi de €134.625,38.



### **3.2 A Despesa**

Quanto à Despesa Corrente Global (Despesas de Funcionamento + Plano de Atividades + Plano de Investimentos por Administração Direta), foi neste ano de 2015 no valor de €81.496,41.

Quanto à Despesa de Capital Global (Investimentos diretos) foi neste ano de 2015 no valor de €56.667,63.

### **3.3 Tesouraria**

Durante o ano foram transacionados €131,06 em Operações de Tesouraria.

A Síntese das Reconciliações Bancárias demonstra que:

A Conta à Ordem N°361443523001 do BANIF – Banco Internacional do Funchal, SA encerrava um saldo a 31 de dezembro no valor de €1.582,39, tendo um saldo Contabilístico de €842,68, sendo a divergência existente (€739,71) justificada pelos pagamentos debitados no banco após o encerramento do ano.

A Conta à ordem N°0094000011530 da Caixa Geral de Depósitos, encerrava um saldo a 31 de dezembro no valor de €63,35, sendo idêntico ao saldo contabilístico, não existindo divergência.



### 3.4 Os Planos

O **Plano Plurianual de Investimentos**, demonstra no decorrer do mandato as previsões de investimento a realizar na Freguesia, assim sendo no ano de 2015, a execução financeira do Plano Plurianual de Investimentos (PPI) teve o nível de Execução de Financiamento Anual de 94,43% no valor total investido de €56.667,63.

O **Plano Plurianual de Atividades**, contendo a mesma visão plurianual do PPI, abrange no entanto as restantes intervenções da Junta de Freguesia em atividades que não sejam investimento, assim a execução financeira do Plano Plurianual de Atividades (PPA) teve o nível de Execução de Financiamento Anual de 89,29% no valor total investido de €42.112,19.

### 3.5 Conclusão

As limitações de ordem financeira constituem uma realidade à qual a autarquia não pode escapar. As escassas receitas próprias tornam-na demasiado dependente das transferências do Estado, através do Fundo de Financiamento das Freguesias (FFF), das Instituições Públicas e da Câmara Municipal do concelho, através dos protocolos de delegação de competências, bem como de Acordos de Colaboração e Cooperação financeira.

Para fazer face aos atuais constrangimentos financeiros, o controlo das despesas correntes tem sido uma das grandes prioridades.

Apesar destas limitações, a Junta de Freguesia conseguiu, com grande competência, realizar muitos dos objetivos propostos no seu Plano de Atividades para 2015.



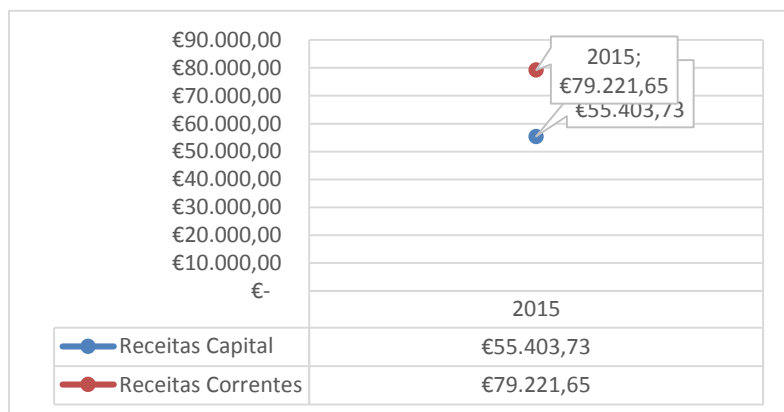
## Capítulo III

### 5. Análise Analítica

#### 4.1 Análise da Receita

As receitas arrecadadas pela Autarquia durante o ano de 2015 ascenderam a €134.625,38, com um grau de execução orçamental de 95,18%, sendo distribuídas da seguinte forma:

	Ano - 2015
Receitas Correntes	€79.221,65
Receitas de Capital	€55.403,73
<b>TOTAL DAS RECEITAS</b>	<b>€134.625,38</b>



O destaque percentual das receitas durante 2015:

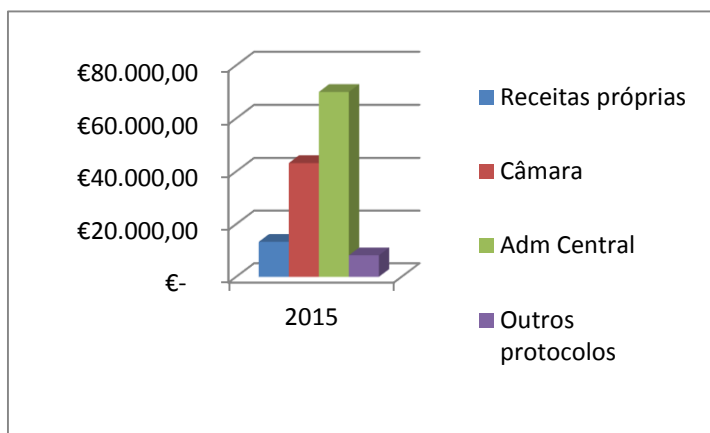
Receitas próprias representaram 9,87% do total de receita;

As receitas provenientes da Câmara Municipal, 32,07%;

As receitas provenientes da Administração Central, 51,98%;

As receitas provenientes de outros protocolos diversos, 6,07%





## 4.2 Análise da Despesa

A despesa pública é a aplicação de recursos da Autarquia para custear os serviços de ordem pública ou para investir no próprio desenvolvimento social, económico e cultural da Freguesia.

Em 2015, a Junta de Freguesia registou um volume de despesa na ordem dos €138.164,04, com um grau de execução orçamental de 97,69%, sendo distribuídos da seguinte forma:

	Ano - 2015
Despesas Correntes	€81.496,741
Despesas de Capital	€56.667,63
<b>TOTAL DAS DESPESAS</b>	<b>€138.164,04</b>

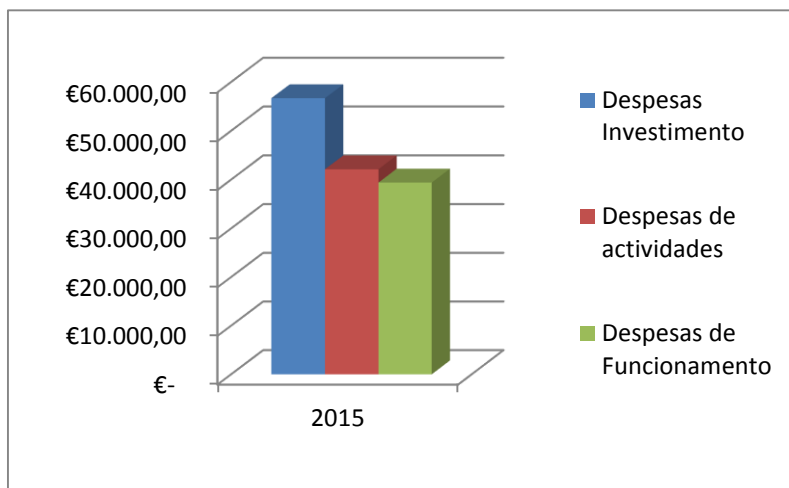


### 4.3 Estrutura da Despesa

No ano de 2015 a despesa total teve a seguinte distribuição na execução do orçamento da Junta:

	Ano 2015
Despesas de funcionamento	€39.384,22
Plano de Actividades	€42.112,19
Plano de Investimentos	€56.667,63
<b>TOTAL DA DESPESA</b>	<b>€138.164,04</b>

#### Graficamente:





#### **4.4 Resultado**

Analisada a Receita e a Despesa do Ano Económico de 2015, contempla-se que o saldo resultante após o encerramento do ano é de €906,03.

Em Operações de Tesouraria não ficaram retidos na Autarquia quaisquer valores.

Resulta assim num saldo de Execução Orçamental de €906,03.

#### **4.5 Passivos e Ativos**

##### **Passivo financeiro:**

A 31 de Dezembro não existiam dividas a terceiros.

Possuía no entanto compromissos por liquidar no valor de €2.337,91.

A Autarquia não possuía nenhum empréstimo contratado.

##### **Ativo financeiro:**

A 31 de Dezembro esta Autarquia possuía €83,40 em receitas efetivadas e não cobradas.



## Capítulo IV

### 6. Divergências e Justificativos

#### 5.1 Divergências

Sem nenhuma situação a acrescentar.

#### 5.2 Justificativos

Tendo em conta que no decorrer do ano financeiro de 2015 o funcionamento e operacionalidade desta Autarquia decorreram sem imprevistos, não existem quaisquer justificativos adicionais a acrescentar.



## Capítulo V

### 7. Nota Final

As políticas contabilísticas estão adequadas à realidade de uma estrutura do tipo autarquia local e por isso sem fins lucrativos (art.º 235º, 237º e 238 da Constituição da República Portuguesa), salientando-se que os procedimentos e controlos internos vigentes asseguram os movimentos efetuados, em relação às receitas, despesas e pagamentos (art.º 238 da Constituição da República Portuguesa e Leis 169/99 de 18 de Setembro e 5-A/2002 de 11 de Janeiro (Competências e funcionamento dos órgãos das autarquias locais) estas revogadas pela Lei 75/2013 de 12 de setembro.

As Demonstrações Financeiras relativas ao ano económico de 2014 traduzem as despesas e receitas do referido exercício económico, em relação a atividades da Junta de Freguesia.

Terra Chã, 30 de Março de 2016

O Presidente da Junta

---

(Rómulo Ficher Correia)